



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UR-18 UNIDADE REGIONAL DE ADAMANTINA



RELATÓRIO DE FISCALIZAÇÃO 2º Quadrimestre
PREFEITURA MUNICIPAL

Processo : TC-006941.989.20
Entidade : PREFEITURA MUNICIPAL DE PRACINHA
Assunto : Acompanhamento das Contas Anuais
Período examinado : 2º quadrimestre de 2021
Prefeito : MAURILEI APARECIDO DIAS DA SILVA
CPF nº : 254.058.838-75
Período : 01/05/2021 a 31/08/2021
Relatoria : Dr. ANTONIO ROQUE CITADINI
Instrução : UR-18 / DSF-1

Senhor Chefe Técnico da Fiscalização,

Este relatório consolida o resultado do acompanhamento das informações prestadas a esta e. Corte de Contas pelo órgão, no período em epígrafe.

Em atendimento ao TC-A-30973/026/00, registramos a notificação do Sr. Maurilei Aparecido Dias da Silva (doc. 01), responsável pelas contas em exame.

Informamos que o município possui a seguinte série histórica de classificação no Índice de Efetividade da Gestão Municipal-IEG-M:

| EXERCÍCIOS | 2018 | 2019 | 2020 |
|----------------|------|------|------|
| IEG-M | C+ | C | C |
| i-Planejamento | B | B | C+ |
| i-Fiscal | B | C | B |
| i-Educ | C+ | C | C |
| i-Saúde | B | B | C+ |
| i-Amb | C | C | C |
| i-Cidade | C | C | C |
| i-Gov-TI | C | C | C |

Índices do exercício em exame após verificação/validação da Fiscalização.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

UR-18 UNIDADE REGIONAL DE ADAMANTINA



A Fiscalização planejou a execução de seus trabalhos, agregando a análise das seguintes fontes documentais:

1. Indicadores finalísticos componentes do IEG-M – Índice de Efetividade da Gestão Municipal;
2. Prestações de contas mensais do exercício em exame, encaminhadas pela Chefia do Poder Executivo;
3. Resultado do acompanhamento simultâneo do Sistema Audep, bem como acesso aos dados, informações e análises disponíveis no referido ambiente;
4. Leitura analítica dos três últimos relatórios de fiscalização e respectivas decisões desta Corte, sobretudo no tocante a assuntos relevantes nas ressalvas, advertências e recomendações;
5. Análise das informações disponíveis nos demais sistemas de e. Tribunal de Contas do Estado.
6. Outros assuntos relevantes obtidos em pesquisa aos sítios de transparência dos Órgãos Fiscalizados ou outras fontes da rede mundial de computadores.

O relatório do 1º quadrimestre está colacionado no evento 22.37 destes autos.

O presente relatório quadrimestral visa contribuir para a tomada de providências dentro do próprio exercício, possibilitando a correção de eventuais falhas, resultando numa melhoria das contas apresentadas.

Saliente-se, por oportuno, que os dados poderão ser reavaliados quando da fiscalização do fechamento do exercício, oportunidade em que todos os balanços contábeis estarão encerrados.

Ressaltamos, ainda, que a fiscalização, em virtude das limitações de locomoção causadas pela pandemia do novo Coronavírus (COVID-19), foi efetivada remotamente, por meio de todas as ferramentas e sistemas disponíveis.

Ademais, foi antecedida de criterioso planejamento, com base no princípio da amostragem, que indicou a necessária extensão dos exames.

Outrossim, consignamos que foi autuado o processo TC-001467.989.21-6, para fins de Acompanhamento Especial da gestão das medidas de combate à referida pandemia.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UR-18 UNIDADE REGIONAL DE ADAMANTINA



PERSPECTIVA A: PLANEJAMENTO

**A.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS
- PLANEJAMENTO**

A.1.1. CONTROLE INTERNO

O Sistema de Controle Interno foi regulamentado pela Lei Municipal nº 550/2013. O responsável é ocupante de cargo efetivo e elaborou o relatório do 2º quadrimestre de 2021 (doc. 02).

A.2. IEG-M – I-PLANEJAMENTO

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre. Não obstante, ressaltamos que a matéria foi objeto de apontamento no quadrimestre anterior.

A.3. OBRAS PARALISADAS

Tendo em vista informações fornecidas pela Origem e também verificações efetuadas durante o quadrimestre, há obras paralisadas no município, conforme segue:

| OBRAS PARALISADAS | | | | | |
|--------------------|---------------------------------|------------------------|--|---------------------|---|
| TC | Valor inicial do Contrato (R\$) | Valor total pago (R\$) | Contratada | Data da paralisação | Descrição da obra |
| TC-019954.989.17-4 | R\$1.019.035,09 | R\$160.202,43 | SUPERAÇÃO OSVALDO CRUZ CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA | 27.12.2017 | Construção de Escola de Centro de Educação Infantil |
| TC-019946.989.17-5 | R\$547.292,35 | R\$600.267,17 | GADU SANEAMENTO LTDA | 31.12.2015 | Construção de Escola-Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil |



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UR-18 UNIDADE REGIONAL DE ADAMANTINA



O TC-019954.989.17-4, referente à obra paralisada da construção de Escola de Centro de Educação Infantil, foi julgado irregular por esta Corte de Contas.

O TC-019946.989.17-5, referente à obra paralisada da construção de Escola-Programa Nacional de Reestruturação e Aparelhagem da Rede Escolar Pública de Educação Infantil, foi arquivado, tendo em vista que a verba de contratação é de origem federal e oriunda de convênio firmado entre a municipalidade e a União, extrapolando a competência desta E. Corte de Contas.

Conforme declaração da Origem (doc. 03), o município tem buscado junto aos Órgãos conveniados a continuidade das obras.

PERSPECTIVA B: GESTÃO FISCAL

B.1. CUMPRIMENTO DE DETERMINAÇÕES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS - GESTÃO FISCAL

Face ao contido no art. 1º, § 1º da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), o qual estabelece os pressupostos da responsabilidade da gestão fiscal, passamos a expor o que segue.

Informamos, por oportuno, que o município não aderiu ao Programa de Acompanhamento e Transparência Fiscal instituído pela Lei nº 178, de 13 de janeiro de 2021 – doc. 04.

B.1.1. RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA NO PERÍODO

| EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA | Valores | |
|---|----------------------|--------------|
| (+) RECEITAS REALIZADAS | R\$ 9.884.520,44 | |
| (-) DESPESAS EMPENHADAS | R\$ 9.341.138,83 | |
| (-) REPASSES DE DUODÉCIMOS À CÂMARA | R\$ 510.000,00 | |
| (+) DEVOLUÇÃO DE DUODÉCIMOS DA CÂMARA | 0 | |
| (-) TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS À ADMINISTRAÇÃO INDIRETA | 0 | |
| (+ ou -) AJUSTES DA FISCALIZAÇÃO | 0 | |
| RESULTADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA | R\$ 33.381,61 | 0,34% |

Dados extraídos do Sistema Audesp: Relatório de Instrução juntado no doc. 05 e RREO's nos docs. 07 e 08.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UR-18 UNIDADE REGIONAL DE ADAMANTINA



Consideradas as despesas liquidadas, constata-se um superávit de R\$ 909.876,62, correspondente a 9,20%.

B.1.2. ANÁLISE DOS LIMITES E CONDIÇÕES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

No período, as análises automáticas não identificaram descumprimentos aos limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, quanto à Dívida Consolidada Líquida, Concessões de Garantias e Operações de Crédito, inclusive – ARO – doc. 09.

B.1.2.1. DESPESA DE PESSOAL

Conforme Relatórios de Gestão Fiscal emitidos pelo Sistema Audesp, referentes ao 2º quadrimestre do exercício analisado, é possível ver que o Poder Executivo atendeu ao limite da despesa de pessoal previsto no art. 20, III, alínea “b” da Lei de Responsabilidade Fiscal – doc. 09.

B.1.2.2. CONTRATAÇÕES DE PESSOAL POR TEMPO DETERMINADO

O planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre.

B.1.3. PRECATÓRIOS

Verificamos que, a título de precatórios, depositou o Município a quantia de R\$ 230.172,22 até o 2º quadrimestre de 2021 (doc. 10), esse valor importa em R\$ 6.459,23 a maior que o valor determinado pelo TJ-SP para o período (evento 22.13 e doc. 11), tomando como base as receitas correntes líquidas, como segue:



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

UR-18 UNIDADE REGIONAL DE ADAMANTINA



| Competência Depósito | Receita Corrente Líquida (1) | RCL/12 | Valor Correto Depósito 2,5% da RCL | Depósito Efetuado (R\$) |
|-------------------------|---------------------------------|--------------|--|-------------------------------|
| Jan/2021 | 13.360.261,96 (nov/20) | 1.113.355,16 | 27.833,88 | 230.172,22 |
| Fev/2021 | 13.024.643,27 (dez/20) | 1.085.386,94 | 27.134,67 | |
| Mar/2021 | 13.083.966,14 (jan/21) | 1.090.330,51 | 27.258,26 | |
| Abr/2021 | 13.175.071,76 (fev/21) | 1.097.922,65 | 27.448,07 | |
| Mai/2021 | 13.392.632,58 (mar/21) | 1.116.052,72 | 27.901,32 | |
| Jun/2021 | 13.575.760,50 (abr/21) | 1.131.313,38 | 28.282,83 | |
| Jul/2021 | 13.786.108,54 (mai/21) | 1.148.842,38 | 28.721,06 | |
| Ago/2021 | 13.983.789,77 (jun/21) | 1.165.315,81 | 29.132,90 | |
| TOTAL | | | 223.712,99 | 230.172,22 |

(1) Valor calculado de acordo com o art. 101 da EC nº. 99/2017: 2,5% de 1/12 (um doze avos) da RCL apurada no segundo mês anterior ao mês do pagamento.

B.2. IEG-M – I-FISCAL

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre.

B.3. OUTROS PONTOS DE INTERESSE

B.3.1 PAGAMENTO DE HORAS EXTRAS HABITUAIS A SERVIDORES E ACIMA DO LIMITE LEGAL

Conforme já mencionado no relatório do quadrimestre anterior, os servidores da Prefeitura Municipal de Pracinha são regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, segundo o artigo 2º da Lei Municipal nº 196, de 18 de setembro de 2001 (evento 22.15). A mesma lei, em seu artigo 46, dispõe que o limite máximo de horas extraordinárias para atender situações excepcionais e temporárias é de 02 (duas) horas por dia.

A Prefeitura Municipal manteve o pagamento de horas extras habituais a diversos servidores durante o 2º quadrimestre (total de horas extras pagas foi de R\$ 70.312,22 – doc. 12), sendo que, em alguns casos, em desacordo com o limite imposto pelo artigo 46 da Lei Municipal nº 196/2001, fato



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

UR-18 UNIDADE REGIONAL DE ADAMANTINA



que foi objeto de alerta pelo Controle Interno em seu relatório quadrimestral.

Considerando os cinco dias úteis da semana (segunda a sexta-feira) em que seja possível trabalhar duas horas extras diárias permitidas pela Lei Municipal nº 196/2001, resultaria no equivalente a 10 (dez) horas semanais e cerca de 40 (quarenta) horas extras mensais. Entretanto, há funcionários que receberam em alguns meses do exercício horas acima do permitido, vejamos alguns exemplos:

| Cód. | Cargo | JAN | FEV | MAR | ABR | MAI | JUN | JUL | AGO |
|------|------------------------|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|-----|
| 1287 | Motorista | 28 | 26 | 38 | 64 | 60 | 36 | 56 | 32 |
| 2763 | Motorista | 55 | 47 | 47 | 47 | 47 | 0 | 47 | 51 |
| 4347 | Assistente Social | 33 | 50 | 35 | 50 | 25 | 30 | 50 | 40 |
| 04 | Motorista | 49 | 12 | 60 | 60 | 30 | 30 | 15 | 40 |
| 2585 | Motorista | 60 | 71 | 55 | 60 | 60 | 40 | 31 | 60 |
| 3824 | Operador de Máquinas | 45 | 40 | 41 | 41 | 42 | 43 | 43 | 44 |
| 663 | Motorista | 38 | 58 | 60 | 57 | 60 | 42 | 60 | 44 |
| 4392 | Auxiliar de Enfermagem | 5 | 33 | 12 | 60 | 0 | 0 | 0 | 0 |

Entendemos que o trabalho em sobrejornada deve ater-se a situações excepcionais e urgentes, não podendo ser utilizado de forma habitual em todos os meses do ano, sob pena de descaracterizar o objetivo do instituto das horas extras, equiparando-se a aumento salarial de servidores de forma indireta.

De acordo com o TST, para os empregados regidos pela CLT, em caso de serem suprimidas as horas extras pagas com habitualidade, total ou parcialmente, é assegurada ao empregado uma indenização, conforme segue o inteiro teor da súmula 291 do TST:

HORAS EXTRAS. HABITUALIDADE. SUPRESSÃO. INDENIZAÇÃO. (nova redação em decorrência do julgamento do processo TST-IUJERR 10700-45.2007.5.22.0101) - Res. 174/2011, DEJT divulgado em 27, 30 e 31.05.2011. A supressão total ou parcial, pelo empregador, de serviço suplementar prestado com habitualidade, durante pelo menos 1 (um) ano, assegura ao empregado o direito à indenização correspondente ao valor de 1 (um) mês das horas suprimidas, total ou parcialmente, para cada ano ou fração igual ou superior a seis meses de prestação de serviço acima da jornada normal. O cálculo observará a média das horas suplementares nos últimos 12 (doze) meses anteriores à mudança, multiplicada pelo valor da hora extra do dia da supressão.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

UR-18 UNIDADE REGIONAL DE ADAMANTINA



A título de demonstração, dentre outras decisões judiciais semelhantes, com base na súmula 291, o TST proferiu julgamento referente a horas extras contra o município de Ponta Grossa-PR:

RECURSO DE REVISTA. HORAS EXTRAS. HABITUALIDADE. SUPRESSÃO. SÚMULA N.º 291 DO TST. DEFERIMENTO DAS HORAS EXTRAS APENAS POR VIA JUDICIAL. INDENIZAÇÃO DEVIDA. De acordo com os termos da Súmula n.º 291 do TST: "A supressão total ou parcial, pelo empregador, do serviço suplementar prestado com habitualidade, durante pelo menos 1 (um) ano, assegura ao empregado o direito à indenização correspondente ao valor de 1 (um) mês das horas suprimidas, total ou parcialmente, para cada ano ou fração igual ou superior a seis meses de prestação de serviço acima da jornada normal. O cálculo observará a média das horas suplementares efetivamente trabalhadas nos últimos 12 (doze) meses, anteriores à mudança, multiplicada pelo valor da hora extra do dia da supressão". A referida Súmula trata, portanto, da supressão do serviço suplementar, sem fazer nenhuma referência ao raciocínio desenvolvido pelo Regional, no sentido de que o direito à indenização não poderia ser alcançado pela empregada, em virtude de não ter havido o efetivo pagamento das referidas horas extras habituais, sendo o seu deferimento apenas pela via judicial. Devida, portanto, a indenização de que trata a Súmula n.º 291 do TST. **Recurso de Revista parcialmente conhecido e provido.** Vistos, relatados e discutidos estes autos de Recurso de Revista n.º **TST-RR-518-58.2011.5.09.0024**, em que é Recorrente **SILMARA APARECIDA SANTOS FERREIRA SCHAFRANSKI** e Recorrido **MUNICÍPIO DE PONTA GROSSA**.

Portanto, em caso de supressão das horas extras pagas com habitualidade, como no caso da Prefeitura de Pracinha, poderá o Município vir a ser condenado em futuras ações judiciais, tendo que pagar indenizações trabalhistas, o que irá onerar os cofres públicos, causando prejuízos ao erário municipal.

Como fator agravante, há funcionários que exercem atividades insalubres realizando horas extras sem autorização, em desacordo com o que preconiza o art. 60 da CLT, vejamos:

Art. 60 - Nas atividades insalubres, assim consideradas as constantes dos quadros mencionados no capítulo "Da Segurança e da Medicina do Trabalho", ou que neles venham a ser incluídas por ato do Ministro do Trabalho, Indústria e



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

UR-18 UNIDADE REGIONAL DE ADAMANTINA



Comercio, quaisquer prorrogações só poderão ser acordadas mediante licença prévia das autoridades competentes em matéria de higiene do trabalho, as quais, para esse efeito, procederão aos necessários exames locais e à verificação dos métodos e processos de trabalho, quer diretamente, quer por intermédio de autoridades sanitárias federais, estaduais e municipais, com quem entrarão em entendimento para tal fim.

No caso dos motoristas, a realização de horas extras em excesso ainda expõe ao risco as pessoas por eles transportadas, tendo em vista a sobrecarga de trabalho a que são submetidos.

Por fim, o controle da jornada de trabalho dos servidores não é efetivo, tendo em vista que é realizado de forma manual em livro ponto (doc. 13), fato que desatende a determinação já feita por este Tribunal de Contas por ocasião do julgamento das Contas Anuais do exercício de 2016 (TC-004034.989.16-0), em voto proferido em 09/10/2018:

“Adote medidas corretivas objetivando evitar novos casos de descontrole na jornada de trabalho de seus funcionários, incluindo a imediata implantação de sistema eletrônico de controle de ponto, de preferência biométrico, para todos os servidores municipais, objetivando obter o controle mais eficiente de todos os setores do órgão (determinação)”.

B.3.2. PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO DE DEDICAÇÃO DE TEMPO EXCLUSIVO COM PAGAMENTO DE HORAS EXTRAS A MOTORISTAS

Conforme apontamento já realizado no quadrimestre anterior, a Prefeitura Municipal de Pracinha por meio da lei nº 589, de 04 de novembro de 2014 (Evento 22.20) criou a “gratificação por tempo integral e dedicação exclusiva”, de 50% sobre o salário base, para motoristas e/ou motoristas de ambulância cujas atividades exijam a prestação de serviços além da jornada normal de trabalho, de forma continuada, conforme preconizado pelo artigo 2º da citada lei.

Entendemos que o pagamento de gratificação por tempo integral e dedicação exclusiva, sem estar vinculada ao efetivo cumprimento de jornada extra de trabalho, já que a lei não exige a comprovação dos serviços extraordinários prestados e sua quantidade, fere os princípios da eficiência e da economicidade, pois o pagamento além da jornada normal, quando necessário,



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

UR-18 UNIDADE REGIONAL DE ADAMANTINA



deve ser resolvido com a criação de um banco de horas para compensação dos serviços prestados após o horário regular de trabalho ou remunerado a título de horas extras.

Para agravar a situação, constatamos que os motoristas beneficiados pela Lei Municipal nº 589/2014 também recebem horas extras de maneira continuada. A seguir, elencamos os motoristas que no 2º quadrimestre de 2021 receberam a gratificação (informações extraídas do Portal BI – Audesp Atos de Pessoal – doc. 14) juntamente com o pagamento de horas extras (doc. 12):

| Nome | Gratificação | Hora Extra |
|-----------------------------|--------------|--------------|
| Aildo Machado | R\$ 2.310,72 | - |
| Anderson Ricardo da Silva | R\$ 2.755,60 | R\$ 2.594,89 |
| Daniel Fialho de Carvalho | R\$ 1.732,11 | R\$ 1.436,62 |
| Givan dos Santos | R\$ 2.414,68 | R\$ 2.765,45 |
| Hugo Paulo Tenório | R\$ 2.523,36 | R\$ 2.454,12 |
| José Edimárcio da Silva | R\$ 2.755,60 | R\$ 3.008,43 |
| José Fernandes da Silva | R\$ 1.076,74 | - |
| José Maria Teixeira Ribeiro | R\$ 2.636,92 | R\$ 2.272,82 |
| Lino Fernando Lorenzo | R\$ 2.414,68 | R\$ 1.750,32 |
| Valdeni Aparecido de Abreu | R\$ 2.211,20 | R\$ 1.179,79 |

Conforme exposto, houve o recebimento por parte dos motoristas citados da gratificação de dedicação exclusiva cumulada com o pagamento de horas extras de forma irregular.

Embora conste no artigo 6º, § 3º da Lei nº 589/2014 que o recebimento da Gratificação de dedicação de tempo exclusiva não impede o recebimento de outras gratificações e adicionais previstos em lei, entendemos que houve duplo pagamento como forma de remunerar o mesmo serviço.

Dessa forma a **finalidade da gratificação por dedicação de tempo exclusiva coincide com a finalidade das horas prestadas em serviço extraordinário**, por isso, entendemos que a Lei Municipal nº 589/2014 proporciona ao funcionário o **recebimento de duas remunerações para a mesma finalidade**: executar suas funções em horário diferenciado.

Assim, propomos que a Origem proceda à cessação dos pagamentos das horas extras aos motoristas beneficiários da Lei Municipal nº



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

UR-18 UNIDADE REGIONAL DE ADAMANTINA



589/2014.

Ante o exposto, entendemos irregulares os pagamentos da gratificação por tempo integral e dedicação exclusiva, pois contraria o princípio da impessoalidade, moralidade e eficiência, consistindo em forma irregular de aumento dos vencimentos. Sem prejuízo de outras determinações, **propomos que cópia deste apontamento seja encaminhada ao Ministério Público do Estado de São Paulo para a adoção das medidas que se fizerem necessárias para o caso.**

B.3.3 - PAGAMENTO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE EM DESACORDO COM O LAUDO VIGENTE

Conforme mencionado no relatório do 1º quadrimestre, há servidores recebendo o adicional de insalubridade em desacordo com o Laudo da Prefeitura de Pracinha, atualizado em 31/12/2019 (evento 22.27), sem amparo em decisão judicial.

No 2º quadrimestre, verificamos que a situação se mantém, vejamos (doc. 15):

| Funcionário | Função | Percentual Laudo | Percentual recebido |
|-----------------------------|-----------------------|------------------|---------------------|
| Anderson Ricardo da Silva | Motorista da Saúde | 20% | 40% |
| Antonio Henrique da Silva | Ajudante Geral | 20% | 40% |
| Aparecido Jose dos Santos | Motorista da Educação | Inconcluso | 40% |
| Givan dos Santos | Motorista da Saúde | 20% | 40% |
| Hugo Paulo Tenório | Motorista da Saúde | 20% | 40% |
| José Edimárcio da Silva | Motorista da Saúde | 20% | 40% |
| José Fernandes da Silva | Motorista da Saúde | 20% | 40% |
| José Maria Teixeira Ribeiro | Motorista da Saúde | 20% | 40% |
| Jose Mario dos Santos | Motorista da Educação | Inconcluso | 40% |
| Jose Messias Gomes Pereira | Tratorista | 20% | 40% |
| Lino Fernando Lorenzo | Motorista da Saúde | 20% | 40% |
| Luiz Antonio Menin | Motorista da Educação | Inconcluso | 20% |
| Marcio Fernando Ronca | Encarregado de Frota | - | 40% |
| Osmar Barbosa de Oliveira | Operador de Máquinas | 20% | 40% |



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UR-18 UNIDADE REGIONAL DE ADAMANTINA



| | | | |
|------------------------------|-----------------------|------------|-----|
| Paulo Cesar Damião da Silva | Motorista da Saúde | 20% | 40% |
| Sidnei Soares de Oliveira | Motorista da Educação | Inconcluso | 40% |
| Wagner Esterquile de Azevedo | Motorista da Educação | Inconcluso | 40% |

Isto posto, propomos recomendação à Origem para que se adeque ao Laudo de Insalubridade, dele excluindo os funcionários que não fazem jus a tal adicional, bem como adequando o percentual daqueles que estão em desacordo com o Laudo.

B.3.4 - DESPESAS SEM A REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

Constatamos que a Prefeitura de Pracinha realizou aquisições de bens comuns e previsíveis por dispensa de licitação, cujos valores ultrapassaram o limite de dispensa previsto no artigo 24, II, da Lei Federal nº 8.666/93 (R\$17.600,00), descumprindo o dever de licitar estabelecido no artigo 37, XXI, da Constituição Federal:

| Objeto | Valor Empenhado (R\$) | Valor Pago (R\$) | Relação e empenhos demonstrativos Docs. |
|------------------------|------------------------------|-------------------------|--|
| Gêneros de Alimentação | 82.648,02 | 82.561,79 | 16 e 17 |
| Material de Construção | 58.833,15 | 58.833,15 | 18 e 19 |
| Material de Limpeza | 58.219,91 | 57.333,91 | 20 e 21 |
| Material Farmacológico | 129.476,92 | 121.437,92 | 22 e 23 |
| Material Hospitalar | 81.641,87 | 79.148,27 | 24 e 25 |

Desta forma, entendemos que houve deficiência de planejamento por parte da administração pública, demonstrando falta de eficácia, economicidade e transparência nas despesas ora analisadas, sendo que o município deixou de buscar a proposta mais vantajosa, desatendendo ao art. 3º da Lei 8.666/93.

B.3.5 – DESPESAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - PLANO MUNICIPAL

A Prefeitura Municipal de Pracinha contratou a empresa Ana Paula Savio Rived Garcia, pelo valor de R\$ 5.000,00, para elaboração do Plano Municipal de Assistência Social para o quadriênio 2021 a 2024 (empenho 2978 – doc. 26).



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

UR-18 UNIDADE REGIONAL DE ADAMANTINA



Ocorre que, consta como autoras do referido Plano as funcionárias da Assistência Social: Eliane Aparecida da Silva, Cristiane Gisele Bussi da Silva, Márcia Ângela Marinho E Lima e Márcia Regina Soares, **não** havendo qualquer menção sobre a participação da empresa Ana Paula Savio Rived Garcia na produção do Plano (pg. 08 do Doc. 27).

Além disto, O Plano Municipal de Assistência Social foi aprovado em 25 de junho de 2021 (pg. 02 do Doc. 27 e Doc. 28), porém os orçamentos, a nota de empenho e a nota fiscal são de 05/07/2021, ou seja, são de datas posteriores a elaboração do Plano (doc. 26).

Há indícios, portanto, de que a prestação de serviços não ocorreu de fato, assim, **propomos a restituição dos valores ao Erário.**

PERSPECTIVA C: ENSINO

C.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NO ENSINO

A aplicação de recursos, no período, conforme informado ao Sistema Audeps, apresentou os seguintes resultados (docs. 29.1 e 29.2):

| Art. 212 da Constituição Federal: | % |
|--|-------|
| DESPESA EMPENHADA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%) | 27,16 |
| DESPESA LIQUIDADA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%) | 26,59 |
| DESPESA PAGA - RECURSO TESOIRO (mínimo 25%) | 25,22 |
| FUNDEB: | % |
| DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%) | 87,54 |
| DESPESA LIQUIDADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%) | 87,54 |
| DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 95%) | 75,17 |
| DESPESA EMPENHADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%) | 87,54 |
| DESPESA LIQUIDADA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%) | 87,54 |
| DESPESA PAGA - RECURSO FUNDEB (mínimo 60%) | 75,17 |

Dados extraídos do Sistema Audeps: Relatório de Instrução juntado no doc. 05.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

UR-18 UNIDADE REGIONAL DE ADAMANTINA



Nos termos do art. 59, § 1º, V, da Lei de Responsabilidade Fiscal, **foi o Município alertado**, por 04 vezes, consoante Notificações de Alertas juntados no doc. 06.

Com base nos dados coletados junto à origem durante a inspeção, não constatamos demanda não atendida nos níveis de ensino ofertados pelo Município (doc. 30).

A Secretaria Municipal de Educação alterou a rotina escolar, com suspensão total das aulas presenciais para os alunos da rede municipal de ensino.

Contudo, vem tomando medidas educacionais de emergência voltadas a mitigar os possíveis impactos sobre a aprendizagem. Das medidas informadas, destacamos (doc. 31):

- As aulas remotas foram realizadas por meio de whatsapp e apostilas impressas.
- Os materiais impressos eram retirados na escola pelos alunos da zona urbana e entregues nas casas dos alunos da zona rural.
- 5% dos educandos apresentaram dificuldade de acesso à internet.
- Não houve investimento da Prefeitura em recursos tecnológicos para viabilizar o ensino a distância.

C.2. IEG-M – I-EDUC

Realizamos fiscalização remota na Creche Municipal “Mundo Encantado” do município de Pracinha no dia 24/09/2021 (doc. 32), porém, por problemas de conexão com a internet da Origem, não obtemos êxito em concluir a inspeção. Segue links dos vídeos da reunião:

https://tcespgov.sharepoint.com/sites/Equipe-PrefeituraMunicipaldePracinha-Educao/Shared%20Documents/General/Recordings/Reuni%C3%A3o%20em%20_Geral_-_20210924_092924-Grava%C3%A7%C3%A3o%20de%20Reuni%C3%A3o.mp4?web=1

https://tcespgov.sharepoint.com/sites/Equipe-PrefeituraMunicipaldePracinha-Educao/Shared%20Documents/General/Recordings/Reuni%C3%A3o%20em%20_Geral_-_20210924_094016-Grava%C3%A7%C3%A3o%20de%20Reuni%C3%A3o.mp4?web=1



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

UR-18 UNIDADE REGIONAL DE ADAMANTINA



Segundo informações da Origem colhidas através de questionário (doc. 33), a Creche Municipal “Mundo Encantado”, única unidade do município, não possui: sala de aleitamento materno, nem local para condicionamento de leite materno, nem Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, nem condições de acessibilidade, nem pátio coberto.

Juntamos fotos do local no doc. 34.

Conforme consta no item A.3 do relatório, a Prefeitura Municipal de Pracinha possui duas obras de unidades escolares paralisadas, assim, propomos sejam dadas recomendações para emprego de esforços na conclusão dos prédios.

PERSPECTIVA D: SAÚDE

D.1. APLICAÇÃO POR DETERMINAÇÃO CONSTITUCIONAL E LEGAL NA SAÚDE

Conforme informado ao Sistema Audesp, a aplicação na Saúde atingiu, no período, os seguintes resultados (doc. 35):

| Art. 77, III c/c § 4º do ADCT | % |
|--------------------------------|-------|
| DESPESA EMPENHADA (mínimo 15%) | 21,77 |
| DESPESA LIQUIDADA (mínimo 15%) | 20,39 |
| DESPESA PAGA (mínimo 15%) | 18,91 |

D.2. IEG-M – I-SAÚDE

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre.



PERSPECTIVA E: GESTÃO AMBIENTAL

E.1. IEG-M – I-AMB

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre. Não obstante, ressaltamos que a matéria foi objeto de apontamento no quadrimestre anterior.

PERSPECTIVA F: GESTÃO DA PROTEÇÃO À CIDADE

F.1. IEG-M – I-CIDADE

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre. Não obstante, ressaltamos que a matéria foi objeto de apontamento no quadrimestre anterior.

PERSPECTIVA G: TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

G.1. FIDEDIGNIDADE DOS DADOS INFORMADOS AO SISTEMA AUDESP

Nos trabalhos da fiscalização não foram encontradas divergências entre os dados da origem e os prestados ao Sistema Audesp.

G.2. IEG-M – I-GOV TI

No planejamento da fiscalização, não vislumbramos relevância/materialidade que ensejasse o exame do item neste quadrimestre. Não obstante, ressaltamos que a matéria foi objeto de apontamento no quadrimestre anterior.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UR-18 UNIDADE REGIONAL DE ADAMANTINA



PERSPECTIVA H: OUTROS ASPECTOS RELEVANTES

H.1. DENÚNCIAS/REPRESENTAÇÕES/EXPEDIENTES

Não chegou ao nosso conhecimento a formalização de denúncias, representações ou expedientes.

H.2. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Constatamos, no período, desatendimento à Lei Orgânica e às Instruções deste Tribunal, tendo em vista que houve entrega intempestiva ao Sistema AUDESP (doc. 36), deixamos de protocolar o processo de controle de prazos, pois a pendência foi resolvida após simples solicitação.

CONCLUSÃO

Com relação aos assuntos tratados neste relatório, destacamos:

ITEM A.3. OBRAS PARALISADAS

- Há duas obras paralisadas no município.

ITEM B.3.1 PAGAMENTO DE HORAS EXTRAS HABITUAIS A SERVIDORES E ACIMA DO LIMITE LEGAL

- Houve o pagamento de horas extras habituais a diversos servidores durante o 2º quadrimestre, totalizando R\$ 70.312,22, sendo que em alguns casos extrapolou a quantidade de horas extras permitida pela Lei Municipal.

- Há funcionários que exercem atividades insalubres realizando horas extras sem autorização, em desacordo com o que preconiza o art. 60 da CLT.

- O controle da jornada de trabalho dos servidores não é efetivo, tendo em vista que é realizado de forma manual em livro ponto.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UR-18 UNIDADE REGIONAL DE ADAMANTINA



ITEM B.3.2. PAGAMENTO DE GRATIFICAÇÃO DE DEDICAÇÃO DE TEMPO EXCLUSIVO COM PAGAMENTO DE HORAS EXTRAS A MOTORISTAS

- A Prefeitura Municipal de Pracinha por meio da lei nº 589, de 04 de novembro de 2014, criou a “gratificação por tempo integral e dedicação exclusiva”, de 50% sobre o salário base, para motoristas e/ou motoristas de ambulância cujas atividades exigem a prestação de serviços além da jornada normal de trabalho.
- Entendemos que o pagamento de gratificação sem estar vinculada ao efetivo cumprimento de jornada extra de trabalho, já que a lei não exige a comprovação dos serviços extraordinários prestados e sua quantidade, fere os princípios da eficiência e da economicidade.
- Os motoristas beneficiados pela Lei Municipal nº 589/2014 também recebem horas extras de maneira continuada, sendo que a finalidade da gratificação por dedicação de tempo exclusiva coincide com a finalidade das horas prestadas em serviço extraordinário.

ITEM B.3.3 - PAGAMENTO DE ADICIONAL DE INSALUBRIDADE EM DESACORDO COM O LAUDO VIGENTE

- Há servidores recebendo o adicional em desacordo com o Laudo de Insalubridade da Prefeitura de Pracinha, sem amparo em decisão judicial.

ITEM B.3.4 - DESPESAS SEM A REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO

- A Prefeitura de Pracinha realizou aquisições de bens comuns e previsíveis por dispensa de licitação, cujos valores ultrapassaram o limite de dispensa previsto no artigo 24, II, da Lei Federal nº 8.666/93, indicando deficiência de planejamento por parte da administração pública.

ITEM B.3.5 – DESPESAS DA ASSISTÊNCIA SOCIAL - PLANO MUNICIPAL

- A Prefeitura Municipal de Pracinha contratou a empresa Ana Paula Savio Rived Garcia, pelo valor de R\$ 5.000,00, para elaboração do Plano Municipal de Assistência Social para o quadriênio 2021 a 2024, porém, há indícios que a prestação dos serviços não ocorreu de fato. Proposta de restituição dos valores ao Erário.



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO
UR-18 UNIDADE REGIONAL DE ADAMANTINA



ITEM C: ENSINO

- Não houve investimento da Prefeitura em recursos tecnológicos para viabilizar o ensino a distância.
- A Creche Municipal “Mundo Encantado”, única unidade do município, não possui: sala de aleitamento materno, nem local para condicionamento de leite materno, nem Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, nem condições de acessibilidade, nem pátio coberto.

ITEM H.2. ATENDIMENTO À LEI ORGÂNICA, INSTRUÇÕES E RECOMENDAÇÕES DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

- Entrega intempestiva ao Sistema AUDESP.

À consideração de Vossa Senhoria.

UR-18.2, em 27 de outubro de 2021.

Jaqueline Otsuki Fredi
Agente da Fiscalização